

## Impressos e as Guerras Civis Inglesas (1640-1660)

### Print matter and the English Civil Wars (1640-1660)

Livia Bernardes Roberge

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

liv.roberge@gmail.com

Recebido em: 12/11/2018

Aprovado em: 05/09/2019

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo abordar de que forma os impressos vêm constituindo um rico campo de análise sobre as Guerras Civis Inglesas do século XVII. A partir de levantamento de bibliografia que aborda as diferentes facetas da temática – a profusão impressa característica das décadas de 1640 e 1650, a questão da censura, o impacto da prensa para a popularização da cultura escrita na Inglaterra e a natureza dos impressos como panfletos e *broadsides*, por exemplo –, buscamos apontar caminhos para a lida com algumas das fontes preservadas na coleção do livreiro George Thomason, a *Thomason Tracts*. Abordamos de que modo a ascensão da esfera pública na Inglaterra do século XVII pode ser pensada em conjunto com a popularização dos impressos, indicando de que forma isso abriu portas para formas de atuação política através da escrita. Pensando a questão das atuações radicais, mais particularmente a do grupo dos *Diggers*, demonstramos como a mobilização de uma dada opinião pública através da fabricação e disputa de representações passaram a fazer parte da atuação escrita do grupo, fornecendo um exemplo de como questões relativas à utilização de identidades coletivas foram características do período das Guerras Civis.

**Palavras-chave:** Impressos; Guerra Civil Inglesa; Esfera Pública.

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss how printed matter has been a rich field of analysis of the 17th century English Civil Wars. Through a bibliographic survey that addresses the different facets of the subject - the print profusion characteristic of the 1640s and 1650s, the issue of censorship, the impact of the press for the popularization of written culture in England and the nature of print as pamphlets and broadsides, for example, - we seek to point out ways to deal with some of the sources preserved in the collection of the bookseller George Thomason, the “Thomason Tracts”. We discuss how the rise of the public sphere in seventeenth-century England can be thought of in conjunction with the popularization of print, indicating how this opened the door to new forms of political action through writing. Considering the issue of radical performances, more particularly that of the *Diggers*, we demonstrate how the mobilization of a given public opinion through the manufacture and dispute of representations became part of the written performance of the group, providing an example of how issues related to the performance of collective identities were characteristic of the period of the Civil Wars.

**Keywords:** Print matter; English Civil War; Public Sphere.

Frequentemente, o transbordamento do embate político para a esfera da imprensa possibilitou a criação de um espaço onde os debates se tornavam mais acessíveis a uma parcela maior e mais variada da população. Possibilitando, inclusive, além do “mero” acompanhamento, a criação de um novo tipo de agência e influência no desenrolar dos mais variados processos históricos. Um desses casos foi, justamente, o período que se estendeu desde o início das Guerras Cívicas Inglesas até a restauração monárquica (1640-1660), que vivenciou um grande alargamento do mercado livreiro e da circulação de impressos dos mais diferentes tipos.

Momento de profunda crise, onde a Inglaterra vivenciou um regicídio, a instauração de uma república, a passagem a um protetorado e, finalmente, a restauração da monarquia (tudo isso em um período de meros vinte anos), foi através da ampla circulação de impressos que muitos dos grupos que tomaram parte nesses conflitos manifestaram suas opiniões e posicionamentos sobre o contexto. Assim, a circulação de impressos no período merece atenção e estudos específicos, não só para que tal processo político possa ser compreendido de forma mais completa, como também para que possamos conhecer as diversas perspectivas e projetos que estavam em debate. Isso é defendido, por exemplo, pelo historiador John Barnard:

O período entre 1640 e 1660, que engloba as Guerras Cívicas Inglesas, a execução do rei, o estabelecimento de uma *Commonwealth* republicana, sua substituição pelo Protetorado de Cromwell e, finalmente, a Restauração de Charles II, foi um contexto no qual a imprensa escrita desenvolveu um papel crítico, um papel reconhecido tanto por historiadores contemporâneos quanto posteriores. A atenção acadêmica tendeu a se centrar em dois tipos de publicação: a invenção dos periódicos e jornais, e a efusão extraordinária de ideias heterodoxas de diversos tipos em forma de panfletos, ambos os quais encontram-se extensivamente representados na Coleção Thomason<sup>1</sup>. (BARNARD, 2001, p. 1) [Tradução da autora]

---

<sup>1</sup> “The period between 1640 and 1660, which experienced the English Civil Wars, the execution of the king, the establishment of a republican Commonwealth, its replacement by Cromwell’s Protectorate, and, finally, the Restoration of Charles II, was one in which the printing press played a critical role, a role recognized by both contemporaries and later historians. Scholarly attention has tended to center on two kinds of publishing: the invention of the periodical and newspaper press and the extraordinary outpouring of heterodox ideas of all kinds in pamphlet form, both of which are extensively represented in the Thomason Collection”.

Um dos motivos pelo qual os impressos exerceram tamanha influência no período, deve-se a uma certa ampliação das liberdades de expressão (e, em alguma medida, até mesmo de crença), acarretada pelos conflitos em questão (HILL, 2003). São diversas as razões para tanto, como, por exemplo, o fato de que a profunda instabilidade política que estava instaurada suscitou uma desestabilização das instituições e demais forças que faziam as vezes de órgãos repressores, como a Igreja Anglicana, centralizada na figura do monarca. A historiadora Verônica Calsoni Lima elucida a instabilidade que marcou o período e algumas de suas consequências para as atividades de impressão:

Com as agitações políticas da Revolução Inglesa, os mecanismos de controle e censura diminuíram sensivelmente, proporcionando um novo momento de circulação de informação, no qual a imprensa tornou-se um meio de comunicação e disseminação de ideias não apenas das elites, mas de uma variedade de pessoas e grupos. Assim, o mercado livreiro enchia-se de textos impressos provenientes de diferentes camadas sociais e de diversas concepções político-religiosas. (LIMA, 2014, p. 103-104).

Ou seja, o período da Guerra Civil foi marcado por uma verdadeira expansão do protagonismo do impresso, em suas mais variadas formas: salmos, poemas, panfletos, baladas, livros de música, enfim, diversos tipos de escritos começavam a se tornar mais acessíveis para um público leitor amplo e socialmente diverso. Além disso, é importante ressaltar que o poder de alcance dos impressos ultrapassava as barreiras do letramento, uma vez que eram fontes que carregavam fortes marcas de oralidade em sua estrutura escrita, bem como em seus meios de divulgação: enquanto alguns eram vendidos nas lojas dos livreiros, outros eram vendidos pelas ruas, sendo anunciados através de leitura em voz alta, e, uma vez adquiridos, eram muitas vezes lidos em locais públicos ou por uma pessoa, que lia para um grupo maior (WILTENBURG, 1992). Sendo assim, a potencialidade de alcance e difusão de informações pelos impressos é significativa. O gráfico a seguir, de Joad Raymond, apresenta a relação de volume por ano referente às publicações literárias impressas na Inglaterra entre 1588 e 1687.

Imagem 1: Relação do volume de produção literária impressa por ano na Inglaterra



(Fonte: RAYMOND, 2003, p. 164)

Percebe-se um considerável aumento das publicações de impressos a partir de 1640, ano da dissolução do *Short Parliament*, que gera o acirramento das tensões entre Rei e Parlamento, resultando em maior instabilidade política. O próximo pico, por volta de 1648 e 1649, engloba o período de eclosão da Segunda Guerra Civil, seguida do aprisionamento de Charles I e do Expurgo do Coronel Thomas Pride (*Pride's Purge*)<sup>2</sup>, culminando na execução do rei em 20 de janeiro de 1649. E finalmente, o período entre 1657 e 1660 é quando ocorre a morte de Oliver Cromwell (3 de setembro de 1658), que é sucedido como *Lord Protector* por seu filho, Richard Cromwell, marcando o início do colapso do Protetorado, mergulhando a Inglaterra num caos político que só se abrandaria com a restauração monárquica em 1660, por Charles II. Ou seja, os grandes picos de publicações estão atrelados a momentos de maior instabilidade e, conseqüentemente, menores possibilidades de controle por parte das autoridades sobre o que era produzido e o que circulava. Além disso, com a crescente popularização do transbordamento dos debates políticos para a forma impressa, períodos de “grandes acontecimentos” políticos podem também ter gerado maior anseio por informação e impulsionado a publicação de textos que relatassem e opinassem sobre os últimos acontecimentos.

A *Thomason Collection*, mencionada anteriormente por Barnard, diz respeito à coleção montada pelo livreiro regalista George Thomason. Ela caracteriza uma excelente fonte de

---

<sup>2</sup>Evento no qual membros do parlamento que eram contrários à execução de Charles I foram retirados à força da composição do parlamento por parte de membros do Exército. Essa situação gerou o chamado *Rump Parliament*, que, agora completamente desfalcado, aprovava a condenação do rei à morte.

amostragem desta “explosão impressa” que o contexto viveu. Por ordem direta do então rei Charles I, Thomason passou a coletar o maior número possível de impressos (das mais diversas naturezas, de periódicos a panfletos e livros) que circularam na Inglaterra entre os anos de 1640 e 1663. O trabalho meticuloso de preservação efetuado por Thomason resultou em uma amostragem riquíssima do exuberante tráfego de impressões que marcava a Inglaterra dessa época, tornando possível termos uma ideia aproximada do grande volume de publicação e circulação desses impressos e, conseqüentemente, sobre a forma como eles se relacionavam aos acontecimentos que se desenrolavam nesse conturbado período da história inglesa. A coleção de Thomason alcançou a incrível soma de 22 mil itens. Tais documentos encontram-se atualmente preservados na Biblioteca Britânica, na coleção *Thomason Tracts*, estando também inteiramente disponíveis *online* através da plataforma *Early English Books Online* (EEBO).

Dentre os diversos tipos de impressos que se encontram preservados na coleção de Thomason, há uma variedade em particular que, além de formar parte expressiva da coleção, nos interessa para compreendermos esse transbordamento dos embates político-religiosos das Guerras Civis: os panfletos. As “guerras panfletárias”, termo empregado por Thomas N. Corns para caracterizar o período (CORNS, 2007), passaram a fazer parte do cenário inglês (mais marcadamente o londrino, onde ocorria a maior parte das impressões<sup>3</sup>), de maneira bastante enfática. De modo a refletirmos sobre esses panfletos como fonte histórica, é indispensável entendermos o que de fato caracterizava essas fontes como tal no século XVII, de modo a evitar uma ideia anacrônica dos mesmos. Raymond fornece uma descrição sobre o que seria um panfleto naquele contexto:

O que era um panfleto? Em primeiro lugar era um livro pequeno de formato in-quarto. Algumas terminologias de impressão serão necessárias neste momento. O formato e tamanho de um livro impresso no início do período moderno eram determinados pelas proporções do papel no qual ele era impresso e pelo número de vezes que esse papel seria dobrado. O tamanho influenciava o status. Um fôlio era feito de folhas dobradas uma única vez, resultando em um livro grande e incomum; um in-quarto era feito de folhas dobradas duas vezes; e um in-octavo de folhas dobradas três vezes, produzindo um pequeno livro. Esses formatos menos prestigiosos eram utilizados para diversos propósitos.

---

<sup>3</sup> Legalmente, as únicas cidades autorizadas a efetuar publicações eram Londres (que acumulava o maior volume), Cambridge e Oxford, o que não significava que publicações clandestinas não eram realizadas em outras cidades. (ACHINSTEIN, 2001: 54).

Um panfleto tipicamente consistia de uma a doze folhas, ou de oito a noventa e seis páginas em modo in-quarto.<sup>4</sup> (RAYMOND, 2003, p. 5).

Esses panfletos eram veículos impressos que possuíam um baixo custo de produção, o que os tornava relativamente baratos para aquisição. Isso não apenas os tornava acessíveis a uma parcela maior e mais plural da população inglesa, como também facilitava sua circulação e alcance, sendo leves e de encadernação simples, eram textos passados de mão em mão, carregando também certa característica de efemeridade (dada sua natureza material de baixa durabilidade), sendo bons veículos de disseminação de ideias:

Um Panfleto, sendo um pequeno volume portátil, e de pequeno Preço, e pouco Complicado, parece adaptável ao Entendimento de todos, à Leitura de todos, à Compra de todos, e conseqüentemente tornou-se Objeto e Assunto de escolha da maior parte da População, adaptável às suas Capacidades e Habilidades.<sup>5</sup> (DAVIS, 1716, p. 1 *apud* RAYMOND, 2003, p. 7).

De natureza bastante similar ao panfleto, existiam também os chamados *broadsides*, que se caracterizavam por consistirem em uma única folha de papel, larga, cuja impressão ocupava apenas um de seus versos, podendo ser escritos em verso ou em prosa. Tal como no caso dos panfletos, *broadsides* eram de fácil reprodução e possuíam um custo de impressão bastante baixo, sendo utilizados normalmente para a veiculação de algo que se tinha como “efêmero”, sem a intenção de constituir uma peça de literatura durável, podendo também ser colados para a disseminação de uma ideia, reivindicação, notícia, denúncia, chamado ou acontecimento, além de proclamações oficiais (GREEN & PETERS, 2006, p. 82). Para além desse caráter informativo, os *broadsides* também veiculavam anedotas, histórias de amor ou de crime, fábulas, contos humorísticos, tragédias e uma infinidade de outros temas (SHEPARD, 1973), configurando, portanto, um dos tipos mais populares de literatura de rua da Inglaterra da primeira modernidade.

---

<sup>4</sup> “What was a pamphlet? In the first instance it was a short, quarto book. Some printing terminology will be useful at this point. The format and size of an early modern printed book was determined by the proportions of the paper on which it was printed and the number of times the paper was folded. Size influenced status. A folio was made from sheets folded once, resulting in a large and usually grand book; a quarto was made from sheets folded twice; and an octavo from sheets folded three times, producing a correspondingly small book. These less prestigious formats were used for diverse purposes. A pamphlet typically consisted of between one sheet and a maximum of twelve sheets, or between eight and ninety-six pages in quarto”.

<sup>5</sup> “For a Pamphlet being of a small portable Bulk, and of no great Price, and of no great Difficulty, seems adapted for every one’s Understanding, for every one’s Reading, for every one’s Buying, and consequently becomes a fit Object and Subject of most People’s Choice, Capacity and Ability”.

Havia também um tipo específico de *broadside* particularmente popular nesse contexto, as baladas ou *broadside ballads*, que possuíam uma marca ainda mais forte de oralidade, pelo fato de serem cantadas (SHEPARD, 1973).

Sabe-se, hoje, que as Guerras Civis foram conflitos que abrangeram muito mais grupos e causas do que apenas o exército parlamentarista de Oliver Cromwell – com seu Exército de Novo Tipo – e as forças monarquistas leais a Charles I. Os chamados radicais, Independentes e sectários, por exemplo, foram grupos que, em meio ao tumulto político que assolava a Inglaterra, apresentaram suas próprias perspectivas sobre a direção que o reino deveria seguir após a derrubada da monarquia. Tais perspectivas variavam em cada grupo, abrangendo sociedade, política, economia, religião e cultura, por exemplo. *Diggers*, *Levellers*, *Ranters* e Pentamonarquistas são apenas alguns destes grupos que não se alinhavam de forma absoluta nem ao rei e nem a Cromwell, projetando suas próprias críticas e desejos para a Inglaterra de seu tempo. Por sua vez, impressos como panfletos e *broadside*s foram um importante meio através do qual esses grupos manifestaram sua participação política nesse contexto.

Isso não significa que os Parlamentaristas e Monarquistas não tenham feito uso desses veículos dentro de suas campanhas políticas, muito pelo contrário. Tanto defensores da causa régia quanto apoiadores do Exército de Novo Tipo promoveram não só a publicação de panfletos e *broadside*s, como também de periódicos, os chamados *newsbooks*. Na Inglaterra, um decreto de 1586 proibia a publicação de notícias no reino. Foi apenas com o início dos conflitos das Guerras Civis, em 1640, e a consequente desestabilização da censura, que diversos periódicos começaram a proliferar, veiculando notícias domésticas, além de fazerem propaganda política, quer em prol do parlamento, quer em nome do rei (RAYMOND, 1996). Dentre os periódicos alinhados à causa monarquista, podemos destacar o *Mercurius Aulicus* e o *Mercurius Pragmaticus*, enquanto do lado do parlamento tivemos, por exemplo, o *Mercurius Britannicus*<sup>6</sup>. Mesmo após o regicídio e a instauração da república, que tornou ilegal a publicação de periódicos monarquistas, evidenciou-se a continuação dessas publicações, ainda que na ilegalidade, a exemplo do periódico *The Man in the Moon* – outro demonstrativo da importância que esses impressos tiveram para a

---

<sup>6</sup> “*Mercurius*” fazia referência ao deus Mercúrio na mitologia romana (equivalente ao deus Hermes na mitologia grega), que era o mensageiro dos deuses.

promoção de pautas político-religiosas nesse período. A publicação de periódicos também se fez presente no lado radical, a exemplo do *The Moderate*, periódico *Leveller* que circulou entre junho de 1648 e setembro de 1649 (CURELLY, 2017). Em termos materiais, os periódicos eram similares aos panfletos, sendo impressos normalmente no formato *in-quarto*, também caracterizando publicações mais baratas e de amplo potencial de circulação. Notícias sobre os últimos acontecimentos das guerras, editoriais e críticas a outros periódicos e grupos faziam parte do escopo de publicação desse tipo de impresso.

Outro tipo característico do período são as petições. Ainda que o ato de peticionar já fosse corriqueiro na Inglaterra há alguns séculos, os *troubles* do século XVII transformaram significativamente tanto a forma como isso ocorria, como a própria natureza das petições. Conforme explorado por David Zaret (1996), tradicionalmente as petições eram manuscritas, faziam referência a um problema ou questão específica que acometia um sujeito, grupo ou comunidade circunscrita e bem delimitada, sendo direcionadas a uma figura de autoridade específica. Além disso, havia regras rigorosas sobre a redação e o assunto das petições: política, por exemplo, era algo proibido de ser abordado de qualquer forma por aquele(s) responsável(eis) pela petição (ZARET, 1996).

Durante o período das Guerras Civis, começaram a proliferar petições impressas disponíveis para aquisição pelo grande público, que eram endereçadas não mais apenas a autoridades específicas, mas de forma genérica aos “poderes da Inglaterra”, aos “*Lords* da Inglaterra”, etc. Além disso, esses impressos, por sua vez, agora alegavam falar em nome de figuras de coletividade como o “povo da Inglaterra”, por exemplo, e não mais se circunscreviam a abordar problemas específicos, tratando agora dos conflitos políticos pelos quais a Inglaterra passava e apontando soluções e perspectivas para os mesmos (ZARET, 1996). As petições são fontes importantes para reflexões em torno das dimensões do impresso pelo fato de que, conforme colocado por Zaret, elas desempenharam uma função crucial no desenvolvimento do mercado da informação durante a primeira modernidade, por serem os principais veículos que carregavam mensagens da “periferia” para o “centro político”, por exemplo, invertendo a ordem

habitual da disseminação de informação a partir de um dado centro, seja Londres, seja um centro de poder, como as autoridades (ZARET, 1996, p. 1498).

Os motivos que impulsionavam os impressores e livreiros ingleses a publicarem e comercializarem esse tipo de material eram diversos, variando entre questões financeiras, laços pessoais ou financeiros com atores políticos, ou mesmo para apoiar uma determinada causa política e/ou religiosa (TUBB, 2013, p. 288). Enquanto alguns publicavam, simultaneamente, panfletos oriundos dos mais antagônicos grupos políticos, como é o caso do impressor Henry Hills (TUBB, 2013, p. 293), outros se dedicavam exclusivamente a publicar e vender material referente à causa que defendiam – fosse a do rei, do parlamento, ou ainda de algum dos diversos grupos político-religiosos independentes que surgiram nesse contexto. Um exemplo de livreiro desse tipo foi Ralph Smith que, no quesito de publicações de cunho político-religioso, publicou exclusivamente textos Presbiterianos (TUBB, 2013, p. 295).

Impressores e livreiros se encontravam muito próximos do centro de ebulição política que tomava conta da Inglaterra, ou, ao menos, desempenhavam um importante papel no alargamento das dimensões do mesmo. Impressos como panfletos, *broadsides*, petições e periódicos, conforme mencionado, aumentaram a possibilidade de participação em debates, bem como de os mais variados sujeitos apresentarem ao público suas opiniões e perspectivas sobre os acontecimentos que assolavam o reino. Isso dotou os conflitos do século XVII inglês de outra faceta (ou mesmo arena) de disputas. Um exemplo disso foi o próprio julgamento do rei Charles I, amplamente noticiado em panfletos e periódicos das mais diversas naturezas e orientações político-religiosas, demonstrando como a busca por informação através dos impressos tornava-se cada vez mais não só um lugar comum entre a população inglesa, mas também um próspero mercado:

Talvez a demonstração mais importante de um debate político de alto nível em impressos tenha sido a publicação das atas do julgamento do rei. O governo garantiu que o evento fosse bem coberto pela imprensa, e quase todos os dias do julgamento o processo foi publicado pelas autoridades, bem como em periódicos tanto licenciados quanto regalistas. Essas fontes, lidas vorazmente por pessoas de toda a Inglaterra, permitiram aos ingleses uma ampla oportunidade de comparar

perspectivas sobre os méritos de julgar o rei e chegar a suas próprias conclusões sobre ações políticas.<sup>7</sup> (TUBB, 2013, p. 292) [Tradução da autora].

Ainda que o ato de criticar abertamente o governo e o exército, além da já mencionada relativa maior liberdade de expressão terem passado a se transformar em um hábito daqueles tempos, a censura ainda se fazia presente. Um exemplo da operacionalização dessa censura é justamente a Companhia dos Estacionários (*Stationer's Company*), existente desde o século XV, que, por sua vez, estava sujeita à autoridade do Estado<sup>8</sup> e tinha por objetivo regular as diversas profissões associadas ao setor editorial: livreiros, impressores, encadernadores, ilustradores, etc. Uma das funções da Companhia dos Estacionários era justamente verificar se o material que estava sendo produzido e veiculado estava de acordo com as regras e restrições impostas pelo governo em questão (RAYMOND, 2003). Desse modo, o governo e a Companhia determinavam “o que o povo podia ler” (ROBERTSON, 2009, p. 15).

Assim, textos sediciosos com frequência não eram incluídos por impressores e livreiros nos registros da Companhia, o que, por um lado, dificulta a investigação do que estava, de fato, sendo produzido e publicado em termos de panfletos durante o período. Por outro lado, isso explica, por exemplo, os motivos de tantos panfletos (sobretudo de grupos radicais empenhados em publicar materiais críticos ou contrários às autoridades) terem sido publicados anonimamente, nos auxiliando no processo de compreender de que forma as ideias veiculadas em ditos panfletos eram percebidas naquele contexto. Temos, assim, certo vislumbre sobre os posicionamentos com os quais era perigoso estar associado – quer direta ou indiretamente – em cada uma das fases das Guerras Cívicas. Ainda sobre a questão do anonimato, David Coast argumenta que, dependendo do teor do conteúdo veiculado nesses impressos, o anonimato não se dava necessariamente por uma questão de medo da censura. Segundo Coast, a ausência de um autor também tinha o potencial

---

<sup>7</sup> “Perhaps the most important demonstration of a high-level policy debate in print was the publishing of the minutes of the King’s trial. The government ensured that it was well covered by the press, and almost every day of the trial the proceedings were published by authority, as well as in both licensed and Royalist newsbooks. These sources, breathlessly read by people all over England, allowed the English ample opportunity to compare notes about the merits of putting the king on trial and to come to their own conclusions about political actions”.

<sup>8</sup> Alguns historiadores, como Jason Peacey (2004) e Jason McElligott (2005), por exemplo, argumentam que durante a *Commonwealth* e o Protetorado, o controle da imprensa era exercido por um corpo social e político que ia para muito além da Companhia dos Estacionários, envolvendo oficiais do governo, membros da sociedade civil e mesmo o Exército de Novo Tipo. Assim, os autores argumentam em prol da compreensão do processo de censura durante esse período como um processo coletivo, envolvendo diversos sujeitos e estratificações daquela sociedade.

de enfatizar a ideia de que o impresso em questão representava uma dada coletividade, a “voz do povo” que o discurso ali contido alegava representar, podendo também ter se tratado, portanto, de uma estratégia de publicação (COAST, 2019, p. 63).

Dessa forma, havia uma íntima relação sendo estabelecida entre a prensa e a política na Inglaterra de meados dos anos 1640. De modo a compreender o que possibilitou esse fenômeno de expansão dos impressos no século XVII, é necessário recuarmos brevemente à Inglaterra quinhentista para entendermos como foi-se desenvolvendo a cultura escrita naquele país. Em primeiro lugar é importante ressaltar que, na Inglaterra, a cultura escrita impressa já se encontrava relativamente bem difundida e acessível desde o período Tudor, especialmente se comparado a demais localidades da Europa (ACHINSTEIN, 2001). As razões para tanto são diversas, mas podemos destacar como um fator determinante, no que se refere à alfabetização, a questão de que a Bíblia já se encontrava traduzida para o inglês a um preço bastante acessível desde o século XVI na Inglaterra, com os primeiros manuscritos da Bíblia traduzida para o inglês datando do século XIV, sob a autoria de John Wycliffe.

Essa difusão da cultura escrita se deu, em grande, parte devido ao contexto da Inglaterra posterior à consolidação do processo da Reforma Protestante ao longo do século XVI, onde, dentre as mudanças culturais acarretadas pelo rompimento com a Igreja Católica, estava a ideia de que “o analfabetismo andava de mãos dadas com o ateísmo” (CRESSY, 2006, p. 42), ao invés do contrário. Era interessante para a consolidação da nova ideologia religiosa a paulatina quebra das antigas relações de autoridade que permeavam a Igreja Católica e seus representantes, como padres, bispos e cardeais, e a criação de uma cultura de acessibilidade direta aos textos sagrados contribuía para a ruptura da necessidade dessa mediação.

Na Inglaterra, os efeitos da imprensa foram acelerados pela Reforma Protestante, a qual foi desde o início um movimento centrado na Bíblia e na cultura letrada. Já em 1538, igrejas paroquiais inglesas foram ordenadas a equiparem-se com uma Bíblia Inglesa destinada à leitura pública; e em 1539 uma tradução oficial foi publicada. Ao disponibilizar a Bíblia às pessoas comuns, a imprensa auxiliou a ideologia da Reforma de transferência da autoridade espiritual dos padres para as consciências individuais<sup>9</sup> (ACHINSTEIN, 2001, p. 52) [Tradução da autora].

---

<sup>9</sup> “In England, the effects of printing were speeded by the Protestant Reformation, which from the beginning was a Bible-centred, literate movement. As early as 1538 English parish churches had been ordered to equip themselves

Com o advento da invenção da prensa mecânica por Johann Gutenberg, no século XV, o que paulatinamente possibilitou um maior acesso à Bíblia, tanto por questões de linguagem (por esta agora estar disponível em inglês), como também sob o ponto de vista econômico (visto que, com a prensa, a produção de material literário se tornava consideravelmente mais barata), cria-se bases para um processo de alfabetização que será direta e indiretamente incentivado pela própria Igreja Anglicana. O conjunto desses fatores nos permite compreender a ampliação do acesso à cultura letrada na Inglaterra e, sobretudo, a dimensão que esta viria a ocupar no século XVII e o protagonismo que os impressos tiveram nos conflitos que o marcaram.

Dessa forma, isso suscitou um alargamento das possibilidades de reflexão e construção de ideias e teorias por parte do indivíduo comum sobre os mais diversos assuntos, pois agora um número maior de pessoas tinha a possibilidade de ler a Bíblia e tecer sobre ela suas próprias interpretações, sem passar pelo filtro que seriam os párocos. Além de incentivar o processo de alfabetização, abriu-se assim a possibilidade dos mais diversos grupos buscarem na Bíblia soluções para seus problemas diários, já que “A tradução da Bíblia para o inglês tornou-se acessível a grupos sociais novos e mais amplos, incluindo artesãos e mulheres, que liam sobre seus próprios problemas e possíveis soluções no texto sagrado”. (HILL, 2003, p. 25).

Além disso, com um material inquestionavelmente autorizado, agora à disposição para consulta direta de modo a embasarem suas reflexões e opiniões, abriam-se as portas para a possibilidade de um questionamento fundamentado por parte de uma parcela mais plural da sociedade. Sob os impactos de toda essa situação na sociedade, Hill defende a percepção de que isso acarretou uma verdadeira “revolução cultural” na Inglaterra:

A disponibilidade da Bíblia em inglês foi um grande estímulo ao aprendizado da leitura; e isso por sua vez assistiu ao desenvolvimento de publicações baratas e distribuição de livros. Foi uma revolução cultural de proporções sem precedentes, cujas consequências não podem ser subestimadas. O acesso direto ao texto sagrado deu aos leigos uma sensação de segurança que antes lhes faltava, o que serviu para fortalecer críticas de longa data à Igreja e ao clero. (HILL, 2003, p. 32).

---

with an English Bible for public reading; and in 1539 an official translation was published. By putting the Bible into the common people's hands, printing assisted the ideology of the Reformation in its transfer of spiritual authority away from priests towards individual consciences”.

Outro fator a ser levado em consideração é, notadamente, a forte marca da oralidade que permeava esses impressos. Tal como as práticas de escrita, as práticas de leitura também sofreram transformações ao longo do tempo (CHARTIER, 1994). No contexto da primeira modernidade, o hábito da leitura silenciosa, por exemplo, não era popularizado da forma que é hoje, imperando, então, a leitura em voz alta. A própria estruturação do texto, bem como o emprego de certas palavras, em vários desses impressos, são indícios de que tal texto havia sido pensado para uma leitura compartilhada, que o texto fosse lido para terceiros. Essas práticas de comunicação potencializavam ainda mais o poder de difusão de ideias desses impressos, alimentando um mercado que demonstrava estar sedento por informação, algo que era alimentado pela própria crise política.

Com tais desdobramentos, no século XVII o meio impresso se tornou um veículo de atuação política de extrema importância, como coloca Achinstein: “os impressos eram percebidos como vitais para causas políticas mesmo pelos mais humildes dos ativistas políticos”<sup>10</sup> (ACHINSTEIN, 2001, p. 61) [Tradução da autora]. Com a imprensa se expandindo e a leitura e a escrita estando mais bem disseminadas entre diferentes parcelas socioculturais, os impressos como panfletos, periódicos, *broadsides* e petições formaram uma plataforma que, devido às suas características, teve o potencial de atingir desde os segmentos mais marginalizados da população inglesa, até o mais alto escalão do Exército.

Os impressos se constituíram, assim, em uma arena de embate político que estabeleceu uma via de mão dupla com o próprio processo de sublevação política: enquanto as publicações são potencializadas pelas consequências acarretadas pelas alterações políticas, elas também servem para inflamá-las e edificá-las. Formava-se uma consciência cada vez maior sobre a forma de se fazer política dentro dessa “nova arena pública” (LAKE; PINKUS, 2006, p. 290). Pauta-se atualmente entre os especialistas do período a teoria de que esse cenário de expansão dos impressos e do mercado livreiro fomentou na Inglaterra seiscentista a ascensão de certa esfera pública, perspectiva aprofundada por Alexandra Halasz em “*The marketplace of print*” (HALASZ, 2006), por exemplo. Na análise de Halasz, o panfleto foi um dos mais importantes protagonistas

---

<sup>10</sup> “Print was perceived even by these most humble of political activists as vital to their cause”.

para o desenvolvimento do mercado dos impressos e para a criação dessa esfera pública, em parte por ser um veículo literário que proporciona grande liberdade aos sujeitos (HALASZ, p. 14). A partir de uma orientação marxista, para Halasz o desenvolvimento da esfera pública está ligado ao surgimento e aprimoramento de um mercado, no caso, de discursos:

A condição *sine qua non* de uma esfera pública é a possibilidade de acesso a posições “produtoras” e “consumidoras” no discurso público. Embora nem a posição de “produção” nem a de “consumo” estejam limitadas a textos, muito menos a textos impressos, é a conveniência da tecnologia que possibilita a publicidade de uma esfera pública.<sup>11</sup> (HALASZ, 2006, p. 18) [Tradução da autora].

O que se coloca em pauta, então, não é a evidenciação de uma dada esfera pública absolutamente alinhada à concepção popularizada por Jürgen Habermas (HABERMAS, 1984), que identificou na Inglaterra do século XVIII um ambiente de circulação de informação absolutamente livre, fruto dos adventos do protestantismo e do capitalismo, onde sujeitos públicos e privados poderiam, de forma racional, absorver informações de modo a embasarem seus posicionamentos sobre assuntos do cotidiano do reino, tomando parte na livre formulação de “opiniões públicas”. Peter Lake e Steve Pincus, por exemplo, não refutam completamente as considerações de Habermas (LAKE & PINCUS, 2006, p. 291). Para eles, de fato, a esfera pública que o autor identifica na Europa setecentista diferia da identificada por eles na Inglaterra pós-Reforma. A proposição de abordagem dos autores se pauta justamente no entendimento do processo de constituição dessa esfera pública do século XVIII como calcada em suas antecessoras, do final do século XVI e daquelas da primeira e da segunda metades do século XVII. Eles propõem, então, uma narrativa sobre a transformação do conceito de esfera pública (LAKE & PINCUS, p. 289).

Quais foram então os aspectos mais importantes da transformação na esfera pública que descrevemos? Primeiro, estamos enfatizando o aumento quantitativo da discussão pública. Houve um crescimento exponencial dos números da produção de panfletos, broadsides e poemas. A intensidade e extensão da atividade política durante as Guerras Cívicas e a crise da exclusão não têm paralelos antes de 1640. [...] Uma mudança quantitativa dessa magnitude

---

<sup>11</sup> “The *sine qua non* of a public sphere is the possibility of access to both “producing” and “consuming” positions in public discourse. Though neither “producing” and nor “consuming” positions are limited to texts, let alone printed texts, it is the convenience of the technology that enables the publicity of a public sphere”.

representa, de fato, uma profunda mudança qualitativa.<sup>12</sup> (LAKE & PINCUS, 2006, p. 289) [Tradução da autora].

O que está sendo colocado em evidência com essas perspectivas é a forma como estes impressos, com destaque para os panfletos, potencializaram os debates e disputas travadas nas Guerras Civis, alargando o espaço de discussões tanto no campo temático, como também na variedade de sujeitos que agora se colocavam como comunicadores políticos (LAKE & PINCUS, p. 290). Além disso, os autores pontuam também a característica da regularidade que passa a existir sobre a prática da disseminação do debate político para além do escopo das autoridades. Uma prática que até então era identificada de forma episódica, por vezes até incentivada pelo próprio governo para angariar apoio a certa política ou posicionamento, passa a fugir do controle do mesmo e se estabelecer como uma esfera de debate contínuo:

Em segundo lugar, a distinção que traçamos entre as esferas públicas anterior e posterior é a diferença entre o episódico e o regular. A esfera pública pós-Reforma começou como aberturas ocasionais e oportunistas, e encerramentos de debates sobre um conjunto limitado de questões. Em muitos casos, isso foi iniciado pelo regime, ou às vezes por elementos dentro dele, a fim de gerar apoio para sua política. Cada vez mais, o estado era incapaz de colocar o gênio de volta na garrafa, tanto porque outras forças, mais ou menos opositoras, viam a esfera pública como um palco no qual poderiam expor suas queixas e circular suas reclamações, como também porque o público exigia cada vez mais informações. Nas décadas de 1640 e 1650, a regularidade com que ambos os lados (e facções dentro de cada grupo) atraíam o público transformava o ocasional em normal. Essa regularidade criou atores políticos com um senso cada vez mais autoconsciente e sofisticado da maneira de jogar política nessa nova arena pública.<sup>13</sup> (LAKE & PINCUS, p. 289-290) [Tradução da autora].

---

<sup>12</sup> “What then were the most important aspects of the transformation in the public sphere that we have described? First, we are emphasizing the sheer quantitative increase of public discussion. There was an exponential growth in the number of pamphlets, broadsides, and poems produced. The intensity and extent of political activity during the Civil Wars and the exclusion crisis have no parallels prior to 1640. [...] A quantitative change of this magnitude represents, in fact, a profound qualitative change”.

<sup>13</sup> “Second, the distinction we draw between the earlier and later public spheres is the difference between the episodic and the regular. The post-Reformation public sphere began as occasional and opportunistic openings and shutting-down of debate on a limited set of issues. In many cases, this was initiated by the regime, or sometimes by elements within it, in order to generate support for its politics. Increasingly, the state was unable to put the genie back in the bottle, both because other, more or less oppositional forces saw the public sphere as a stage upon which they could air their grievances and circulate their complaints and because the public increasingly demanded information. In the 1640s and 1650s, the regularity with which both sides (and factions within each group) appealed to the public transformed the occasional into the normal. This regularity created political actors with an increasingly self-conscious and sophisticated sense of the way to play politics in this new public arena”.

Exemplos desses atores políticos mencionados por Lake e Pincus podem ser encontrados nos próprios grupos radicais que atuaram durante as Guerras Civis. Conforme enfatizado por Nicholas McDowell (2003), esses sujeitos percebiam nessa esfera criada pelos impressos uma rica oportunidade de atuar politicamente não só veiculando suas ideias, mas usando dessa arena também para construir, moldar e mesmo disputar suas identidades (MCDOWELL, 2003). Evocar uma dada situação socioeconômica, por exemplo, sobretudo com uma conotação de humildade e pobreza, ainda que essa não fosse necessariamente a realidade daqueles sujeitos, era uma estratégia retórica empregada por muitos desses grupos radicais, que buscavam mobilizar empatias, opiniões e paixões para consigo e, conseqüentemente, suas ideias e reivindicações. Dentro dessa “retórica do sofrimento” (COAST, 2019, p. 73), há também a questão da busca por se tentar mobilizar o imaginário protestante anglicano que tendia a enxergar a pobreza de forma idealizada, argumentando que os mais simples eram os que conseguiam compreender melhor as verdades da Bíblia (COAST, 2019, p. 74), estabelecendo a relação de que esses “povos pobres e oprimidos da Inglaterra”<sup>14</sup> eram também o povo de Israel.

Conseqüentemente, evidencia-se, assim, que a forma como eram percebidos pelo público leitor em meio às Guerras Civis configurava uma parcela relevante de sua própria atuação política e religiosa. Isso evoca os postulados de Roger Chartier acerca das lutas de representação, cujo objetivo é o ordenamento da estrutura social, onde “as identidades sociais são resultado de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar; e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 1991, p. 183). As representações que construíam de si mesmos (bem como de seus oponentes) criavam um verdadeiro cenário de disputas de representações sociais, políticas e culturais (ROBERGE, 2017) que, ao analisarmos panfletos, periódicos e *broadsides* publicados por esses grupos, tinham tanto peso e importância para uma agência política frutífera, quando disputas de posicionamentos propriamente ditos<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Título de um panfleto *Digger*, grupo que fazia largo uso dessa estratégia, datado de abril de 1649: “*A Declaration from the Poor Oppressed People of England*”, literalmente “Uma Declaração do Povo Pobre e Oprimido da Inglaterra”. WINSTANLEY, et al. *A Declaration of the Poor Oppressed People of England*. Londres, 1649. *Early English Books Online*, 13 de setembro de 2019.

<sup>15</sup> Sobre as lutas de representação envolvendo grupos radicais durante as Guerras Civis, em particular *Diggers*, *Levellers* e *Ranters*, ver: ROBERGE, L. B. “O povo pobre e oprimido da Inglaterra?: as representações *Diggers* na Inglaterra

Dentro dessa chave de análise, há o imperativo de se pensar a mobilização de certa “opinião pública” por parte desses grupos e sujeitos. Nesse contexto, Zaret atrela a “invenção da opinião pública” às petições (ZARET, 1996), de forma mais particular. Levando em consideração as previamente mencionadas características desses impressos, bem como as transformações de natureza pelas quais estavam passando no período, o autor identifica que as petições tiveram um papel central na “invenção” dessa opinião pública por apelarem a certo “corpo anônimo”, um “público”, um “coletivo imaginado”, de modo a legitimarem as ideias ou demandas que estavam veiculando (ZARET, 1996, p. 1498). Isso nos leva à questão da mobilização das identidades coletivas como estratégia política dentro do contexto das Guerras Cívicas, com a coletividade operando como legitimadora de discursos: “Dessa forma, a opinião pública foi ‘inventada’ como um conceito legítimo no início dos anos 1640, quando as petições assinadas por milhares de pessoas começaram a ser apresentadas ao Longo Parlamento” (COAST, 2019, p. 52).

Pautemo-nos, portanto, de forma mais particular sobre a forma como essas questões aparecem em impressos relacionados ao grupo radical dos *Diggers*, por exemplo. Em termos introdutórios, os *Diggers* foram um grupo que atuou sobretudo em prol da restauração de terras comunais que haviam passado pelo processo da política de cercamentos, defendendo que a propriedade da terra era uma violação às leis divinas. Além disso, também eram cristãos anticlericais contrários à monarquia, pregavam a ausência de hierarquia entre as pessoas e partilhavam de crenças milenaristas. A atuação do grupo consistiu em publicar panfletos e *broadsides* onde partilhavam suas perspectivas sobre os caminhos que a Inglaterra deveria tomar para estar de acordo com as leis divinas, além de promoverem ocupações agrícolas em terrenos cercados que, anteriormente, eram comunais, de modo a chamarem atenção para sua causa e o estilo de sociedade que defendiam. Entre 1649 e 1652 eles publicaram cerca de 18 panfletos e *broadsides*, acabando por se desarticularem devido a sucessivas repreensões por parte das autoridades.

---

Revolucionária (1607-1652)”. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, 2017. p. 3-16.

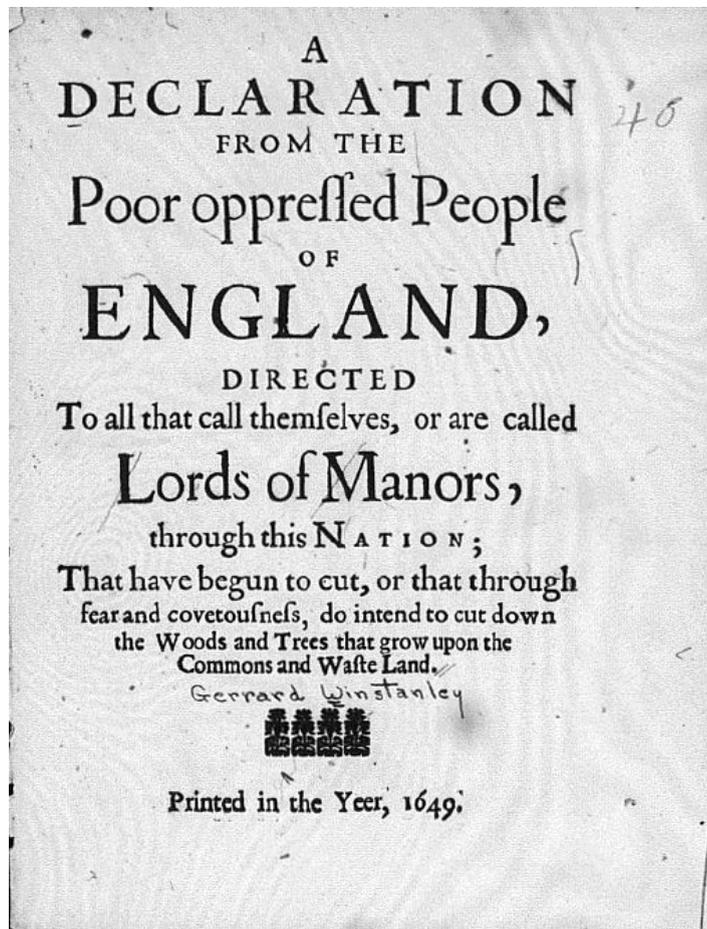
Os *Diggers* fizeram uso tanto da questão da mobilização de uma representação de coletivo em seus panfletos e *broad-sides*, quanto da “retórica do sofrimento”, ao alegarem ser agricultores empobrecidos, passando por uma grave situação de penúria, e que, portanto, representavam os pobres da Inglaterra<sup>16</sup>. Esses “cavadores” adentraram a arena política inglesa em um momento de particular tensão para o parlamento: abril de 1649, alguns meses após a impopular execução<sup>17</sup> do rei Charles I, julgado culpado de traição pelo parlamento. Conseqüentemente, vivia-se um contexto no qual o parlamento buscava legitimar e consolidar a jovem República, oficialmente instaurada no dia 19 de maio do mesmo ano. Conforme é possível observarmos no frontispício abaixo, este panfleto carece de diversas informações relativas a seu processo de impressão e comercialização:

---

<sup>16</sup> John Gurney, ao rastrear as trajetórias de alguns dos indivíduos que integraram o grupo dos *Diggers* evidenciou que muitos desses sujeitos tiveram trajetórias muito mais heterogêneas, e partiam de situações socioeconômicas e culturais muito mais plurais do que alegavam em seus panfletos, como foi o caso do notório *Digger* Gerrard Winstanley, que teve acesso a uma educação formal e era um comerciante em Londres, até que veio a falência e necessitou se mudar para o campo (GURNEY, 2007).

<sup>17</sup> Charles foi decapitado em 30 de janeiro de 1649.

**Imagem 2:** A Declaration from the Poor oppressed People of England, 1649.



Fonte: “The English Digger Writings – A chronological index to the publications of Gerrard Winstanley and the Diggers, 1648-1652”. Disponível em: <[http://www.diggers.org/digger\\_tracts.htm](http://www.diggers.org/digger_tracts.htm)>. Acesso em: 26/06/2018.

No frontispício acima, a primeira informação é o título do panfleto: “Uma Declaração do Povo Pobre e Oprimido da Inglaterra, Direcionada A todos aqueles que se auto intitulam, ou que são chamados de, Senhores Proprietários; que começaram a cortar, ou que através do medo e da cobiça, intencionam a cortar as florestas e árvores que crescem nos terrenos comunais e nos terrenos baldios”<sup>18</sup> [Tradução da autora]. Nota-se o destaque denotado às palavras “declaração” (*declaration*), “povo pobre e oprimido” (*poor oppressed*), “Inglaterra” (England) e “Senhores Proprietários” (*Lords of Manors*), enfatizando a ideia de que o panfleto fala em nome de uma

---

<sup>18</sup> Essa é a cópia da Biblioteca Britânica, parte da coleção *Thomason Tracts*, acessada através da plataforma *Early English Books Online* (EEBO).

coletividade – o povo pobre e oprimido de toda a Inglaterra – ao passo que também destaca seu interlocutor intencionado – os proprietários. Abaixo do título, temos um pequeno ornamento tipográfico, no formato do que parecem ser quatro flores iguais, e a tipografia utilizada é a *Roman Type*. Ao fim da página, temos a única informação sobre a procedência do panfleto: de que foi impresso no ano de 1649.

Nenhum local de impressão, nenhum impressor, nenhum livreiro e, aparentemente, nenhum autor. Contudo, na última página do panfleto (que conta com oito páginas no total, sendo sete escritas e uma em branco), após a frase que o encerra atestando “Assinado para e em prol de todos os pobres e oprimidos da Inglaterra, e de todo o mundo”<sup>19</sup> (WINSTANLEY *et al*, 1649) [Tradução da autora], constam 45 nomes reivindicando a autoria do panfleto. Uma quantidade significativamente substancial de signatários, associada à ênfase tanto do título quanto da frase final do panfleto, que evoca uma forte ideia de coletividade, de que estão falando em prol de todos os pobres e oprimidos da Inglaterra, configuram, assim, aparatos materiais que auxiliam a estratégia retórica do próprio texto.

Entretanto, logo abaixo do título do panfleto, há uma anotação onde se lê “Gerrard Winstanley”, muito provavelmente feita por George Thomason ao adquirir o panfleto, pois era de seu feitio atribuir autorias ou datas de aquisição ao incorporar mais um impresso à sua coleção. É interessante percebermos como, apesar de o panfleto conter a assinatura de 45 nomes, Thomason julgou suficiente atribuí-lo à Gerrard Winstanley. O motivo para tanto pode estar relacionado ao fato de que Winstanley já possuía um histórico de produção de panfletos religiosos antes de seu envolvimento com os *Diggers*<sup>20</sup>, podendo então já ser uma figura conhecida dentro do meio livreiro nesse contexto. Além disso, Winstanley também ficou sob os holofotes da imprensa de forma particular quando da ocupação da Colina de São Jorge<sup>21</sup>, por ter sido um dos responsáveis por dialogar com as autoridades em nome do grupo (CURELLY, 2010, p. 47).

---

<sup>19</sup> “Signed for and in the behalf of all the poor oppressed people of England, and the whole world”.

<sup>20</sup> Gerrard Winstanley publicou cinco panfletos religiosos antes de se envolver com os *Diggers* em 1649, foram eles: *The Myserie of God Concerning the Creation Mankind whole* (1648), *The Breaking of the Day of God* (1648), *The Saints Paradise* (1648), *Truth Lifting up its Head above Scandals* (1648) e *The New Law of Righteousness* (1649). Todos os panfletos estão disponíveis na *Thomason Tracts*.

<sup>21</sup> Em abril de 1649 os *Diggers* ocuparam a Colina de São Jorge, nos arredores de Londres, sendo esse evento considerado o “surgimento” do grupo no contexto radical das Guerras Cívicas.

Logo, a autoria atribuída por Thomason diz respeito muito mais ao nome, dentre os “autores” signatários, que já lhe era familiar, do que a uma concepção de atribuir o processo material da escrita em si à Winstanley de modo exclusivo. Isso nos leva a refletir sobre a questão da atribuição de autoria ou ausência da mesma nesse contexto. Partimos de uma concordância com a abordagem de Chartier, que problematiza a questão da chamada “função-autor”, que advém da consideração do autor como “uma função de classificação dos discursos” (CHARTIER, 2012, p. 29), propondo se distanciar da exploração deste enquanto indivíduo unicamente responsável pela obra, alargando assim as possibilidades de interpretações sobre autorias e anonimato

Trata-se, portanto, de considerar o autor como uma função variável e complexa do discurso, e não a partir da evidência imediata de sua existência individual ou social. Do que decorre a constatação fundamental: “a *função autor* é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (CHARTIER, 2012, p. 27).

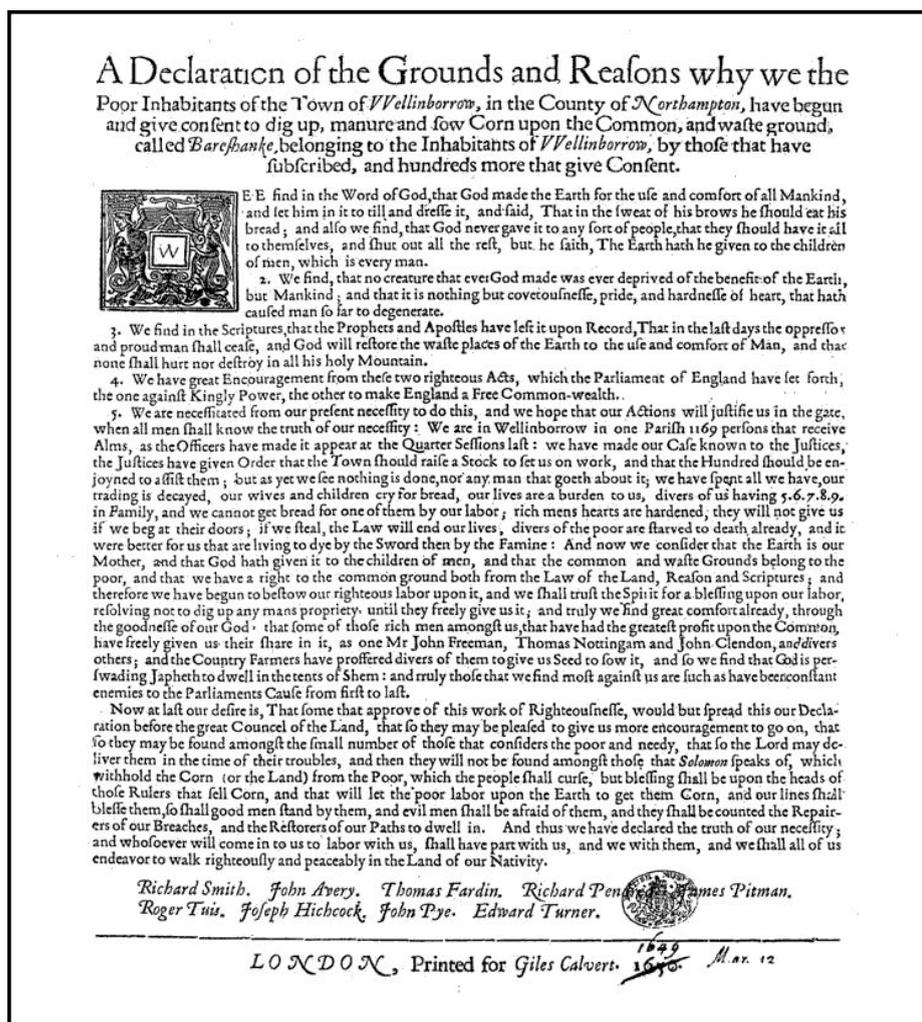
Nesse sentido, “o autor” alarga-se para muito além de um nome particular assimilado a um texto. Para os impressos seiscentistas, significa que a autoria deve ser considerada para além do(s) nome(s) que consta(m) assinado(s) ao final de um panfleto ou *broadside* – e que, na eventualidade da virtual ausência desse tipo de referência (no caso, um panfleto onde não constam quaisquer nomes assinados, caracterizando-o então como anônimo), essa ausência também denota uma caracterização ao discurso ali contido. Onde há medo de identificação, provavelmente há medo de uma eventual censura e conseqüente perseguição por conta do teor do discurso ali veiculado. Chartier também diferencia “função autor” de “produtor(es) do texto”, e atribui ao “autor” uma ideia de aglutinação de identidades, de “ficção”.

Logo, essa “função autor” [...] é, de início, uma função de classificação dos discursos que permite as exclusões ou as inclusões em um *corpus*, atribuível a uma identidade única. Ela é, nesse sentido, fundadora da própria noção de obra e caracteriza certo modo de existência em comum de alguns discursos que são atribuídos a um único lugar de expressão e, por isso, ela própria é a responsável pela noção de escrita. [...] Enfim, essa função é produzida por operações complexas que se estabelecem no afastamento radical entre o nome do autor e o indivíduo real, entre uma categoria do discurso e o eu subjetivo. [...] Disso decorre a ideia de uma função que conduz de uma pluralidade de posições de autores, a uma individualidade autoral única ou, ao contrário, de uma função que é princípio de identificação do discurso e que pode ser possivelmente

atribuída a diferentes indivíduos, concorrentes ou colaboradores. (CHARTIER, 2012, p. 29-30).

Abaixo segue exemplo de um *broadside Digger* publicado em 1649.

Imagem 3: “A Declaration of the Diggers of Wellingborough”, 1649.



Fonte: “A Declaration by the Diggers of Wellingborough”. Disponível em:  
 <<http://www.rogerlovejoy.co.uk/philosophy/diggers/diggers3.htm>>. Acessado em 26/06/2018.

O título do *broadside* é “Uma Declaração dos motivos e razões pelos quais nós, os pobres habitantes do município de *Wellinborrow*, no condado de *Northampton*, já começamos e demos nosso consentimento para cavar, adubar e semear grãos nas terras Comuns e nos terrenos vazios, chamados *Bareshanke*, pertencentes aos habitantes de *Wellinborrow*, para aqueles subscritos e centenas mais que também consentem” [Tradução da autora]. A frase “uma declaração dos

motivos e razões pelos quais nós os [...]” aparece em destaque. Há a utilização de duas tipografias, a *Roman Type* e a *Italic Type*, esta última sendo utilizada para denotar ênfase, como no caso dos nomes dos autores, do impressor e da palavra “Londres”, que, além disso, está escrita toda em letras maiúsculas. A letra capitular, um “W”, ao que parece, é uma xilogravura de dois homens alados, portando coroas, cujas partes inferiores do corpo parecem ter características antropozoomórficas. Ornamentos desse tipo, bem como o uso de mais de uma tipografia, são atributos que encareciam um pouco um impresso, nos fornecendo alguns indícios sobre sua origem, bem como do público ao qual era intencionado.

Diferentemente do caso do panfleto, esse *broadside* conta com mais informações a respeito de sua publicação: há nove nomes signatários (mais uma vez enfatizando a questão da representação de uma dada coletividade), além do local de impressão, Londres, e do livreiro para quem ele foi impresso: Giles Calvert, um conhecido publicador de impressos das mais variadas vertentes radicais. Novamente temos algumas interferências de George Thomason: a data de impressão que consta no *broadside* é 1650, mas o livreiro anotou a data “12 de março de 1649”. Conforme mencionado anteriormente, sabe-se que era hábito de Thomason anotar nos impressos as datas em que ele os adquiriu, dessa forma, nos deparamos com o mistério de ele ter atribuído uma data anterior à data que consta impressa. Uma vez que esse *broadside* não consta nas entradas da Companhia dos Estacionários, podemos apenas supor que talvez tenha se tratado de um erro de impressão do ano e que, talvez, Thomason tenha anotado o ano correto.

Assim, era um verdadeiro mundo de possibilidades que se conjurava dentro da expansão do mundo impresso em meio ao caos político das Guerras Cívicas, abrangendo os mais diferentes grupos e perspectivas. Diversos são os obstáculos e dificuldades no caminho do/a historiador/a que se propõe a trabalhar com panfletos e demais impressos (sobretudo os de natureza radical ou potencialmente sediciosa e clandestina) nos diferentes contextos da Primeira Modernidade. A ausência de registros de publicação dos “textos perigosos”, bem como a própria fragilidade de seu material, visto que panfletos eram publicações de características efêmeras, fizeram com que muitos desses documentos fossem perdidos ao longo do tempo. Mas, graças a George Thomason, ao menos conseguimos reconstruir algumas amostragens do que foi o mundo dos

panfletos durante a Inglaterra do século XVII, e o papel crucial desempenhado por eles durante as Guerras Cívicas, em prol das mais diversas causas e grupos políticos.

#### Referências Bibliográficas:

ACHINSTEIN, Sharon. "Texts in conflict: the press and the Civil War". In: KEEBLE, N. H. (ed.). **The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BARNARD, John. **London Publishing, 1640-1660: Crisis, Continuity and Innovation**. Book History, Baltimore, vol. 4, p. 1-16, 2001.

CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". **Estudos avançados**, v. 11, n. 5, 1991. pp. 173-191.

\_\_\_\_\_. **O que é um Autor?** Revisão de uma genealogia. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

\_\_\_\_\_. **The Order of the Books**. Readers, Authors and Libraries in Europe between the Fourteenth and Eighteenth Centuries. Stanford: Stanford University Press, 1994.

COAST, David. Speaking for the people in Early Modern England. **Past and Present**, n. 244, 2019. pp. 51-88.

CORNS, Thomas N. **A History of Seventeenth Century English Literature**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

CRESSY, David. **Literacy and the Social Order** – Reading and writing in Tudor and Stuart England. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CURELLY, Laurent. **An Anatomy of an English Radical Newspaper: *The Moderate* (1648-9)**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2017.

\_\_\_\_\_. "Our Digging upon that common is the talk of the whole land": The story of the Surrey Diggers as told by Contemporary Newsbooks". *XVII-XVIII. Revu de la société d'études anglo-américaines des XVIIe et XVIIIe siècles. Diffusion de l'écrit dans le monde anglophone*. 2010. pp. 47-62.

GREEN, Ian; PETERS, Kate. Religious publishing in England 1640-1695. In: BARNARD, John; MCKENZIE, D. F. (ed.) **The Cambridge History of the Book in Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GURNEY, John. **Brave Community**. The Digger movement in the English Revolution. Manchester: Manchester University Press, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALASZ, Alexandra. **The marketplace of print: Pamphlets and the public sphere in early modern England.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HILL, Christopher. **A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LAKE, Peter; PINCUS, Steve. Rethinking the Public Sphere in Early Modern England. **Journal of British Studies**, Cambridge, vol. 45, n. 2, p. 270-292, 2006.

LIMA, Verônica Calsoni. Uma narrativa da Revolução Inglesa por meio de seus impressos: George Thomason e sua Coleção (1640-1660). In: XIX Semana de História da UNESP – História, leitura e cultura midiática, 2014, Franca, **Anais da XIX Semana de História da UNESP.** Franca: UNESP, 2014. p. 102-115.

MCDOWELL, Nicholas. **The English Radical Imagination: Culture, Religion and Revolution, 1630-1660.** Oxford: Clarendon Press, 2003.

RAYMOND, Joad. **Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. **The Invention of the Newspaper: English Newsbooks, 1641-1649.** Oxford: Oxford University Press, 1996.

ROBERGE, L. B. “‘O povo pobre e oprimido da Inglaterra’: as representações Diggers na Inglaterra Revolucionária (1607-1652)”. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**, 2017. p. 3-16.

ROBERTSON, Randy. **Censorship and conflict in Seventeenth-Century England.** The Subtle Art of Division. Pennsylvania State University Press: Pennsylvania, 2009.

SHEPARD, Leslie. **The History of Street Literature.** The Story of Broadside Ballads, Chapbooks, Proclamations, News-Sheets, Election Bills, Tracts, Pamphlets, Cocks, Catchpennies, and other Ephemera. London: David & Charles, 1973.

TUBB, Amos. “Independent Presses: The Politics of Print in England During the Late 1640s”. **The Seventeenth Century**, Londres, vol. 27, n. 3, p. 287-312, 2013.

WILTENBURG, Joy. **Disorderly Women and Female Power in the Street Literature of Early Modern England and Germany.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1992.

ZARET, David. “Petitions and the ‘Invention’ of Public Opinion in the English Revolution”. **American Journal of Sociology**, v. 101, n. 6, 1996. pp. 1497-1555.